

este o século do Descobrimento, a coroa portuguesa, objetivando a consolidação da posse do território brasileiro e a expansão territorial, bem como a exploração das riquezas das minas e a correspondente cobrança de impostos, estimulou a formação de expedições contínuas adentro.

No século XVII e XVIII com as Entradas e Bandeiras, deturpou-se a incorporação de terras pertencentes à Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas. Em 1755, Fernão e o frade de Madrid, quando a Espanha reconheceu a expansão do território português no Sul até o Chaco Paraguai, no Norte Marañon acima e suas aférentes, até as falhas da Cordilheira dos Andes.

Os chapados dos goiases estão a meio caminho destas fronteiras. Aqui houve o ouro, a prata e emeraldas e várias bandeiras paulistas, através de Bartolomeu Bueno da Silva — Anhanguera — e Bento Coelho dirigindo-se inicialmente para Goiás Velho, com extensão depois para Pirapólis, Niquelândia, Crisólita, Pilar, Cavalcante, e outras mais.

A mineração, em busca de metais preciosos, levou a procura do ouro, constituída de um divórcio, o objetivo principal das pesquisas de riquezas mineiras, acumuladas no Brasil Central, quando da fusão da Saboia da Piaçoa, com a concessão de metais pesados no extremo do continente sul-americano.

Para a região do Planalto Central, especialmente, veio a Bandeira de Antônio Bueno de Azevedo que penetrou no estado de Goiás, atravessando o rio São Bartolomeu e fixando-se em uma área rica em minério, que foi a de Santa Luzia, hoje Luziânia.

A partir desta bandeira iniciaram-se a formação da antiga Mestre D'Almas.

A procura de novas áreas de exploração, um membro desta bandeira, Antônio Martins de Souza Vasconcelos, chegou às proximidades da atual Planaltina, às margens de uma vertente do Córrego (rio) aflúente da "Mestre D'Almas", onde cedeu aos seus para regressar a Luziânia, levando consigo, o que chamou de "Cascares" — ouro que ficou com este nome.

Outra pesquisa é feita em direção ao rio Maranhão, no córrego Puhua, na fazenda do Urbano — hoje Santa Cruz — e o nome passou ao estabelecimento de ouro Urbano do Couto.

No que concerne às pesquisas minerais no município de Planaltina, elas se limitaram praticamente às duas cidades. Sem alcançarem resultados satisfatórios.

Nestas circunstâncias do Sul para Norte, de Leste para Oeste ou vice-versa, buscavam caminhos seguros e fáceis, utilizando os espigões ou os rios, encontrando em Planaltina, no local hoje conhecido como "Agua

Emendadas", o cruzamento natural desta cambinhas. Planaltina teve como cronologia básica de início de sua história os meados do século XVIII, sendo que nos documentos existentes não há indicação precisa da data de fundação do povoado.

Sua origem está ligada à existência de um artífice, que exercia as funções de ferreiro, contador de utensílios e habilitado no trato, principalmente, com as armas. E por isso conhecido como o "Mestre D'Armas", dando nome ao povoado que aí se iniciou.

Segundo alguns, este hábil profissional seria dependente de um dos desbravadores paulistas que aqui teria ficado; outros porém afirmam que este artesão teria vindo da Bahia, com destino ao Sul, em busca das minas e não prosseguindo, fixou-se neste local com sua tenda de ferreiro, e teria sido nome de "Janeiro".

PRIMEIRAS FAMILIAS A primeira data sobre Planaltina registrada em documentos é encontrada nos arquivos da Câmara municipal de Luziânia, constando que em 25 de janeiro de 1812, Francisco Teixeira de 1812, foi sepultado no cemitério de "Mestre D'Armas".

Nas primeiras décadas do século XIX, chega a Mestre D'Almas família oriunda de um rico fazendeiro, capitão João Gomes Rabelo, segundo sua viúva, acomodada no Brasil Central, quando da fusão da Saboia da Piaçoa, com a concessão de metais pesados no extremo do continente sul-americano.

Ficou-se com a família, inicialmente, na fazenda Lagoa Bonita, atendendo suas poses pelo município, inclusive até o povoado de "Mestre D'Armas", onde passa posteriormente a morar. Ao lado do trabalho em prol do povoado, construiu ali uma capela, orago de São Sebastião — primeiro passo para implantação da paróquia.

Asses primeiros que aqui chegaram, se somaram outras famílias: — ALARCAO — descendente de um dos fundadores do Arraial de Sant'Anna (Goiás Velho), Cláudio Carlos de Alarcão transferiu-se para Mira, Ponte (Roraimópolis). No século 19 (1880) sua viúva Margarida Soares Alarcão mudou de residência para Mestre D'Armas, com 9 (nove) filhos: Baldino, Hermanno, João, Dedinho, Sebastião, Casimiro, Marcelino, Maria e Felicitina.

— PERCIRA VALVERDE — Deslocou-se para Mestre D'Armas, Vitor Pereira Valverde, vindo da Bahia, instalando-se inicialmente às margens do Córrego Cayari no "Couto" e depois membro da primeira Junta da Intendência municipal de Planaltina.

Mais tarde, outras famílias seguiram-se a estas para a formação do povoado, como, por exemplo, de João Quirino de Lima, — que se casou com a viúva Margarida Soares de Alarcão, e se tornou o primeiro presidente da Intendência municipal de Mestre D'Armas. E a de Caetano Guimarães, que jun-

tamente com João Quirino tornou-se membro da 1ª junta da Intendência.

De diferentes pontos de Goiás e do País outras famílias vieram para Planaltina, a saber: — DE FLORESA — Castro, Faiva, Duarte e Silva, Pereira da Rocha, Guimarães, Melo, Marques da Costa, Ignácio de Oliveira, Augusto de Oliveira, Amado, Espindola, Gonçalves, Dutra.

— DE LUZIANIA — Gonçalves Soares, Flores, Leuly, Rufino de Souza.

— DE SÃO JOSÉ DO TACANTINS — Almeida Campos, Salgado, Ribeiro de Freitas, Alves da Costa (Sr. Joo).

— DA BAHIA — Pereira Valverde, Alves Pereira, Caldeira Nunes, Figueira, Rodrigues da Silva, Honorato Silva, Batista, Maniz Figueiredo.

— DE PORANGATU — Vitorino.

— DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA — Curado, Cândido Torres.

— DE OUTRAS ORIGENS — Cardoso Delgado, Batista, Lopes dos Santos, Souza e Silva, casados com a filha, Firmiano de Castro e Pereira da Amara — DE MINAS GERAIS — Mundim, Alves de Souza.

— DE SÃO PAULO, Vitória, Nenevialista, Del Frago, Graciano, Salgueiro Baro eleitores de São Sebastião.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA Do ponto de vista da jurisdição o território onde se situava "Mestre D'Armas" pertenceu ao julgamento e vila de Santa Luzia, dando os tempos coloniais.

Em 29 de janeiro de 1837, mestre D'Armas é transferida para o julgamento de Coaraci (Formosa).

Várias alterações e desanexões ocorreram, levando o povoado a pertencer ora a Santa Luzia (Luziânia), ora a Formosa.

Em 1858, é feito o registro paroquial Nº 318 no livro dos registros do departamento de terras de Goiás, das terras do patrimônio da Igreja de São Sebastião, doadas pelos herdeiros de José Gomes Rabelo e outros e tendo como paróquia da capela Sebastião Carlos de Alarcão.

Através da Lei Nº 2 de 19 de agosto de 1858 é criado o distrito de "Mestre D'Armas", com seus limites todo do rio Maranhão no córrego Vicente Pires.

Em 26 de outubro de 1866 é dada permissão a Lomel de Souza Lima para abrir uma escola primária, no Arraial de Mestre D'Armas, para alunos do sexo masculino.

A partir de 1880, vários fatos contribuem para o fortalecimento e desenvolvimento de Mestre D'Armas: — Através da Lei Nº 615, de 2 de abril de 1871, é criada a paróquia de São Sebastião, já contendo inclusive com uma capela e um pároco.

— Em 1870, o primeiro presidente da Intendência municipal de Mestre D'Armas. E a de Caetano Guimarães, que jun-

Memória do Planalto Mestre D'amas (I)

(Planaltina - F)

HOSANNAH CAMPOS LIMARÊES Academia de Letras e Planalto

Neste artigo (desdobrado em duas partes), Hosannah Campos Guimarães, aos 87 anos de idade, ostentando as notáveis lucidez e memória própria, sobre as memórias de sua Mestre D'Almas, com méritos, esta seção de DF Letras, deu

Lima é primeiro presidente da Intendência municipal, tendo ainda como membros Simão Gomes Rabelo, Victor Pereira Valverde, Manoel Coelho Guimarães e Ezequiel Paraguai São Sebastião, e mais tarde, a Escola Normal Regional "Dona Olívia Guimarães". Ao mesmo tempo em que, por outro lado, os primeiros filhos da Terra, após o curso primário, saem para estudar fora e voltam formados: Gabriel de Campos Guimarães — em Comércio e Direito —, Hosannah Campos Guimarães — que exerceu aos senhores — em Medicina — em 1929, sendo o primeiro médico nascido em toda a região do Planalto Central (Planalto Brasileiro) e o terceiro do então denominado "Norte Goiás".

Dentro da cronologia de fatos importantes externos que interferiram na vida do município de Planaltina, encontramos em 15 de janeiro de 1923, o projeto dos deputados Rodrigues Machado e Americão do Brasil, que é sancionado pelo presidente Epitácio Pessoa, e transformado no Dec. 4.494 determinando o lançamento de uma Fundação da Indústria e do Comércio do Estado de Goiás, subdividida em três distritos especiais, que são instalados a 19 de abril do mesmo ano.

Neste mesmo ano, feito o primeiro mapa com a demarcação do quadrilátero Crul.

A 12 de julho de 1894, após estudos profundos, a Comissão Crul, como passou a ser conhecida, apresenta o seu famoso "relatório", onde sugere e demarca a área destinada à indústria capital da República, e onde se inclui o município de Mestre D'Armas.

Deste período até 1910, Mestre D'Armas vive a expectativa do desenrolar das ideias maderistas. Tendo como chefes do Executivo local João Quirino de Lima, Salvador Coelho da Silva Campos, Eledoro Vaz Cardoso, Militão Gomes Rabelo, Simão Gomes Rabelo, Pedro Gomes de Castro, Manoel Vaz Cardoso e Afonso Coelho da Silva Campos.

Em 1910, pelo Lei Nº 363, de 22 de julho, Mestre D'Armas passa a denominar-se "Altafonia", até 14 de julho de 1917 quando, através da Lei Estadual Nº 41, passa a se chamar "Planaltina", por iniciativa do deputado estadual José Teodomiro da Rocha, de Formosa.

Planaltina no 1º Metade deste Século".

A partir da década de 20, até aproximadamente 1930, verificamos um crescimento e mudanças nas atividades políticas e econômicas, pois superado o ciclo do ouro, o ciclo de gado e a mineração há uma retomada e atividades decorente, ali se fixam.

É instalada a luz elétrica, as primeiras escolas com o curso tucuna, os arcos, os beneficiários e máquina de calçados e arcos. São construídas várias estradas, reticulado o metrô telefônico e chega a Planaltina o primeiro automóvel. Aparecem as firmas comerciais com ligação com as terras citadas e o poder econômico.

Em 1945, chega a Planaltina uma comissão de estudos designada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, e presidida pelo general Djalma Foy Colchão, para fazer estudo sobre a localização da futura capital federal.

Esta comissão retorna mais 2 vezes à região e em 1948 apresenta um relatório, mandando a mesma locação sugerida pela comissão Crul.

Em 3 de abril de 1945 é instalada a comarca de Planaltina. A 30 de abril de 1950 assume o governo de Goiás o médico Hosannah Campos Guimarães, filho de Planaltina, que fora eleito vice-governador do Estado, e que é quem vos escreve.

Em 1951, o Governo brasileiro, decidido a cumprir a disposição constitucional de 1891, contrata a firma Donald J. Belcher And Associates (Incorporated, New York) para proceder ao levantamento e seleção do local para implantação da nova capital, de onde se visa principalmente geo-morfológico, topográfico, hidroclimático, microclima, e outros aspectos específicos dos terrenos, etc.

Em abril de 1955, Planaltina recebe uma nova comissão, chefiada pelo marechal José Pessoa Cavalcante. É confirmada a escolha da comissão Poly Coelho de, de forma definitiva, e estabelecido o Sítio Castanho para sede da futura capital do Brasil, estando ali incluída a sede e grande parte do município de Planaltina — que corresponde a 36% da área do Sítio Castanho.

Autorizado pela Lei municipal Nº 84, de 2 de janeiro de 1956, o então prefeito municipal, Venâncio Antônio da Silva, assina em favor da União a escritura de reversão de direitos sobre terras de propriedade do município existente na área demarcada.

No final de 1959, Planaltina recebe pela 1ª vez a visita de um presidente da república: Juscelino Kublitsch de Oliveira.

Finalmente a 21 de abril de 1960, Planaltina assiste à inauguração de Brasília.

Coube ao Poder Judiciário de Planaltina, através do desembargador Lauro Balthazar, garantir a jurisdição aos atos da cidade e decidir sobre conflitos surgidos neste período de transição.

Dirigiram Planaltina, no período de 1947 a 1960, escolhidos por eleição direta, os senhores: João Carlos de Alarcão, Francisco Mundim Guimarães (por 2 mandatos), Sizenando da Silva reticulado e há uma restrição no comércio e na indústria. A cidade retorna a sua rotina até 1965, quando novos fatos rompem a esperança da mudança da capital.

Foram neste período, nomeados pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira os seguintes governantes de Planaltina: Balthazar Carlos de Alarcão, Heitor de Lima Campos Guimarães, Epaminondas da Silva Campos e

Francisco Mundim Guimarães. Em 1945, chega a Planaltina uma comissão de estudos designada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, e presidida pelo general Djalma Foy Colchão, para fazer estudo sobre a localização da futura capital federal.

Esta comissão retorna mais 2 vezes à região e em 1948 apresenta um relatório, mandando a mesma locação sugerida pela comissão Crul.

Em 3 de abril de 1945 é instalada a comarca de Planaltina. A 30 de abril de 1950 assume o governo de Goiás o médico Hosannah Campos Guimarães, filho de Planaltina, que fora eleito vice-governador do Estado, e que é quem vos escreve.

Em 1951, o Governo brasileiro, decidido a cumprir a disposição constitucional de 1891, contrata a firma Donald J. Belcher And Associates (Incorporated, New York) para proceder ao levantamento e seleção do local para implantação da nova capital, de onde se visa principalmente geo-morfológico, topográfico, hidroclimático, microclima, e outros aspectos específicos dos terrenos, etc.

Em abril de 1955, Planaltina recebe uma nova comissão, chefiada pelo marechal José Pessoa Cavalcante. É confirmada a escolha da comissão Poly Coelho de, de forma definitiva, e estabelecido o Sítio Castanho para sede da futura capital do Brasil, estando ali incluída a sede e grande parte do município de Planaltina — que corresponde a 36% da área do Sítio Castanho.

Autorizado pela Lei municipal Nº 84, de 2 de janeiro de 1956, o então prefeito municipal, Venâncio Antônio da Silva, assina em favor da União a escritura de reversão de direitos sobre terras de propriedade do município existente na área demarcada.

No final de 1959, Planaltina recebe pela 1ª vez a visita de um presidente da república: Juscelino Kublitsch de Oliveira.

Finalmente a 21 de abril de 1960, Planaltina assiste à inauguração de Brasília.

Coube ao Poder Judiciário de Planaltina, através do desembargador Lauro Balthazar, garantir a jurisdição aos atos da cidade e decidir sobre conflitos surgidos neste período de transição.

Dirigiram Planaltina, no período de 1947 a 1960, escolhidos por eleição direta, os senhores: João Carlos de Alarcão, Francisco Mundim Guimarães (por 2 mandatos), Sizenando da Silva reticulado e há uma restrição no comércio e na indústria. A cidade retorna a sua rotina até 1965, quando novos fatos rompem a esperança da mudança da capital.

Foram neste período, nomeados pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira os seguintes governantes de Planaltina: Balthazar Carlos de Alarcão, Heitor de Lima Campos Guimarães, Epaminondas da Silva Campos e

"Hosannah Campos Guimarães, 87, é natural de Planaltina-DF, e foi seu primeiro prefeito. Inaugurou a cidade diversas vezes foi Governador do Estado, e também o Interventor de seu Vice-Governador. Pertence a Academia Brasileira de Letras e é autor de vários livros. Escreve para o jornal "Apostrophe" em Brasília, DF. Apto 806 - Brasília, DF.

